CONTRATO Nº 067-J/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4682/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2019

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE TIMON,** por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.410.879/0001-66, doravante designado **CONTRATANTE**, por intermédio do seu representante legal, o Senhor **MARCUS VINÍCIUS CABRAL DA SILVA**, brasileiro, casado, RG nº 1.870.775 SSP-PI, CPF 879.120.403-82, residente e domiciliado na Avenida Luís Firmino de Sousa, nº 1237, bairro São Benedito, Timon/MA, e a empresa **BIOMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 06.881.482/0001-12, com sede na Av. Pedro Freitas, nº 1228, Vermelha, Teresina-PI, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **JOSÉ ORESTES DE OLIVEIRA MARTINS**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 064154107 SSP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 757.207.017-53, residente e domiciliado na Rua Quadra Saci s/n, Bairro Saci, CEP 64.020-290, Teresina/PI, firmam o presente **CONTRATO para a aquisição de medicações pacientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Timon/MA**, sujeitando as partes às Leis 10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão Presencial e Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 055 de 2016, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no Edital.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. Constitui objeto do presente **CONTRATO para a Aquisição de Medicações Pacientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Timon/MA,** conforme descrito no Termo de referência e Especificação dos Itens, Anexos I do Edital do **Pregão Presencial Nº 052/2019, com SRP nº 006/2020** -Timon – MA.

1.2. Salvo o que tiver sido expressamente modificado por este instrumento, o objeto ora contratado, será efetuado em conformidade com os documentos a seguir enumerados, os quais, após rubricados pelas partes contratantes, passam a integrá-lo como se nele transcritos:

a) Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2019, SRP Nº 006/2020**e seus anexos;

b) Carta Proposta da CONTRATADA;

c) Liberação nº 216/2021– Central de Compras/PMT/MA, transcrita a seguir:

Lote 6 – Medicação Pacientes

Item	Especificação	Marca	Und	Pr.Unit	Qdade	Pr.Total
1	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG C/ 10	EMS	CX	11,35	15	170,25
2	ARPIPRAZOL 10MG C/60	ACHE	CX	787,40	30	23.622,00
3	ATENOLOL 25MG C/ 600	Prati	CX	44,95	30	1.348,50
4	ATENOLOL 50MG C/ 600	PRATI	CX	54,95	30	1.648,50
5	ATORVASTATINA CÁLCICA 20MG C/ 30	Eurofarma	CX	51,00	15	765,00
7	BESILATO DE ALODIPINO 5MG C/30	TEUTO	CX	3,35	30	100,50
8	BRACLOFENO 10MG C/20	UNIAO QUIMICA	CX	8,88	120	1.065,60
9	BRIMONIDINA 0,1% COLÍRIO	ALLERGAN	UND	24,50	15	367,50
10	BROMAZEPAN 3MG C/200	TEUTO	CX	68,35	23	1.572,05
12	CARBAMAZEPINA 200MG C/30	TEUTO	CX	6,60	30	198,00
13	CARBAMAZEPINA 400MG C/30	Cristália	CX	12,50	15	187,50
14	CARBAMAZEPINA SUSPENSÃO ORAL 2%	UNIAO QUIMICA	VD	11,76	90	1.058,40
16	CARVEDILOL 12,5MG C/30	EMS	CX	12,35	45	555,75
17	CARVEDILOL 25MG C/30	EMS	CX	20,40	45	918,00
18	CARVEDILOL 6,25MG C/30	GERMED	CX	10,65	45	479,25
19	CITRATO DE TAMOXIFENO 20MG C/30	SANDOZ	CX	77,80	8	622,40
22	CLONAZEPAN GOTAS 2,5MG/ML	PRATI	VD	5,40	60	324,00
24	CLORIDRATO DE AMIODARONA 200MG C/30	Geolab	CX	25,19	15	377,85

27	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG C/20	Cristália	CX	6,05	15	90,75
28	CLORIDRATO DE METFORMINA+VILDAGLIPTINA 50MG + 850MG	NOVARTIS	CX	85,40	60	5.124,00
36	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 24MG C/60	ACHE	CX	41,45	15	621,75
38	DIGOXINA 0,25MG C/30	Pharlab	CX	4,05	15	60,75
45	ESCITALOPRAN 10MG C/30	GEOLAB	CX	44,40	15	666,00
46	ESCITALOPRAN 20MG C/30	TEUTO	CX	85,45	15	1.281,75
47	ESOMEPRAZOL MAGNESICO 40MG C/28	Nova Química	CX	217,20	15	3.258,00
48	ESPIRONOLACTONA 25MG C/30	GEOLAB	CX	20,70	75	1.552,50
51	FILTRO SOLAR FPS 60 OIL FREE	EUCERIN	UND	83,60	15	1.254,00
52	FOCUS X	SUPERFOCUS	CX	166,50	8	1.332,00
54	GLICAZIDA 60MG C/30	SERVIER	CX	27,40	15	411,00
58	INDAPAMIDA 1,5MG	Eurofarma	CX	18,60	15	279,00
59	IVABRADINA 5 E 7,5MG	SERVIER	CX	167,40	15	2.511,00
64	LEVOTIROXINA SÓDICA 175MCG	MERCK	CX	21,10	8	168,80
67	LIPIKAR HIDRATANTE CORPORAL	LOREAL	UND	107,80	15	1.617,00
68	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG C/30	TEUTO	CX	4,13	45	185,85
73	MEMANTINA 10MG C/30	Eurofarma	CX	84,40	8	675,20
78	NESINA MET 12,5MG + 850MG COM 60 COMPRIMIDOS	TAKEDA	CX	197,60	30	5.928,00
79	NEUTROGEN CREME BODY CARE EXTRA SECA	NEUTROGENA	UND	44,00	23	1.012,00
80	OLANZAPINA 10MG	Eurofarma	CX	284,40	8	2.275,20
81	PANTOPRAZOL 40MG C/28	MEDLEY	CX	27,57	30	827,10
82	PARACETAMOL 500+FOSFATO DE CODEINA 30MG C/24	JANSSEN	CX	32,40	15	486,00
85	PROSSO 250MG	MOMENTA	CX	216,80	7	1.517,60
86	RANITIDINA 150MG C/20	MEDQUIMICA	CX	7,25	7	50,75
87	RISPERIDONA 1MG/ML LIQUIDO C/30ML	Prati	UND	29,00	70	2.030,00
88	RITALINA	NOVARTIS	CX	81,90	7	573,30
92	ROVAMICINA 500MG	Sanofi	CX	143,25	7	1.002,75
93	SOMALGIN CARDIO 100MG	EMS	CX	22,08	60	1.324,80
100	SUPOSITÓRIO A BASE DE SORBITOL OU GLICERINA	CASA GRANADO	CX	6,60	15	99,00
102	TOPIRAMATO 50MG C/60	ACHE	CX	47,10	15	706,50
103	TRAVOPROSTA + TIMOLOL COLIRIO (TRAVAPROSTA 0,04MG/ML MALEATO DE TIMOLO	ALCON	UND	115,44	40	4.617,60
104	UC II (COLAGENO NÃO HIDROLISADO) 40MG	UC	CX	339,70	7	2.377,90
106	VALPROATO DE SÓDIO 250MG/5ML 50MG/ML C/100ML	Hipolabor	VD	8,50	135	1.147,50
108	VALSARTANA+HIDROCLOROATIAZIDA 320MG + 25MG C/28 COMPRIMIDOS	Novartis	CX	80,40	15	1.206,00
150	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE SOJA. PODE CONTER LEITE E PEIXE.	NUTRIMED	LT	125,85	225	28.316,25
151	ALIMENTO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL FORMULADO PARA AUXILIAR O CONTROLE DE GLICEMIA.	NUTRIMED	LT	125,85	23	2.894,55
152	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, NORMOCALÓRICA, NORMOLIPÍDICA, HIPERPROTEICA, QUE FORNECE 18G DE FIBRAS POR LITRO DE DIETA, SENDO 70% DE FIBRA SOLÚVEL E 30% DE FIBRA INSOLÚVEL	NUTRIMED	LT	124,85	75	9.363,75
153	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL HIPERCALÓRICA (1.500KCAL POR LITRO DE DIETA) E	NUTRIMED	LT	124,85	150	18.727,50

	HIPERPROTÉICA (60G POR LITRO DE DIETA), ACRESCIDA DE DHA E EPA (0,34G) EM SUA FORMULAÇÃO. NUTRICIONALMENTE COMPLETA E COM BAIXO TEOR DE SÓDIO, SUA FORMULA É ENRIQUECIDA COM MIX DE CAROTENÓIDES E FOI ELABORADA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES CALÓRICAS ELEVADAS E COM RESTRIÇÃO DE HÍDRICA. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN.					
154	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM 1KCAL/ML.	NUTRIMED	LAT	152,30	3	456,90
155	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES A PARTIR DOS 6 MESES DE VIDA. NÃO CONTÉM GLÚTEN	NUTRIMED	LAT	142,90	3	428,70
156	INSULINA HUMALOG C/3ML FLEX PEN C/5	NUTRIMED	UND	60,35	22	1.327,70
157	INSULINA LANTUS C/10ML 100UI/ML	SANOFI	FRS	60,35	75	4.526,25
158	CANETA LANTUS - INSULINA SOLOSTAR 100U/ML - SOLUÇÃO INJETAVEL, CONTENDO 3ML. CADA ML DE LANTUS SOLOSTAR CONTEM: INSULINA GLARGINA (CORRESPONDENTE A 100U DE INSULINA HUMANA) 3,640 MG EXCIPIENTES Q.S.P. 1 ML (CRESOL, GLICEROL, ACIDO CLORIDRICO, HIDROXIDO DE SODIO, CLORETO DE ZINCO E AGUA PARA INJETAVEIS)	NUTRIMED	UND	339,40	75	25.455,00
159	INSULINA NOVO RAPID FLEX PEN 3ML 100UI/ML	NUTRIMED	UND	152,70	60	9.162,00
160	INSULINA NOVO RAPID 10ML 100UI/ML	NUTRIMED	UND	152,70	60	9.162,00
161	DIETA ENTERAL NUTRICIONALMENTE COMPLETA LÍQUIDA COM DENSIDADE CALÓRICA MÍNIMA DE 1.2 KCAL/ML; PROTEÍNA ≥ 1%, 100% PROTEÍNA DE SOJA, HIPOSSÓDICA ‹ 1500MG/L . ISENTA DE SACAROSE,	NUTRIMED	UND	178,55	100	17.855,00
162	TERAPIA NUTRICIONAL ORAL ESPECÍFICA PARA PACIENTES ONCOLÓGICOS. NUTRICIONALMENTE COMPLETO PRONTO PARA BEBER, HIPERPROTÉICO, HIPERCALÓRICO E ENRIQUECIDO COM EPA. ACRESCIDO COM MIX DE FIBRAS E MIX DE CAROTENÓIDES. ISENTA DE LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN - FORTICARE	NUTRIMED	UND	178,55	50	8.927,50
163	DIETA ENTERAL NUTRICIONALMENTE COMPLETA LÍQUIDA COM DENSIDADE CALÓRICA MÍNIMA DE 1.2 KCAL/ML; PROTEÍNA ≥ 1%, 100% PROTEÍNA DE SOJA, HIPOSSÓDICA ‹ 1500MG/L . ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. - NUTRI ENTERAL SOYA 1.2	NUTRIMED	UND	178,55	100	17.855,00
164	ALIMENTO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL FORMULADO PARA AUXILIAR O CONTROLE DE GLICEMIA LATA 400 G - NUTRI DIABETIC	NUTRIMED	UND	178,55	100	17.855,00
165	DIETA ENTERAL NUTRICIONALMENTE COMPLETA LÍQUIDA COM DENSIDADE CALÓRICA MÍNIMA DE 1.2 KCAL/ML; PROTEÍNA ≥ 1%, 100% PROTEÍNA DE SOJA, HIPOSSÓDICA ‹ 1500MG/L . ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN C/ FIBRASNUTRI ENTERAL SOYA FIBER	NUTRIMED	UND	179,80	100	17.980,00
166	MÓDULO DE FIBRAS COM NO MÍNIMO DE 60% FIBRAS SOLÚVEL E 40% FIBRA INSOLÚVEL . INDICADO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL.	NUTRIMED	UND	179,80	100	17.980,00

	ISENTO DE GLÚTEN(STIMULANCE)-STIMULANCE					
167	MÓDULO DE PROTEÍNA COM FONTE PROTÉICA 100% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE. INDICADO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL. ISENTA DE GLÚTEN - NUTRI PROTEIN	NUTRIMED	UND	179,80	100	17.980,00
168	MÓDULO DE L-GLUTAMINA PARA DIETA ENTERAL OU ORAL E NÃO CONTÉM GLÚTENNUTRI GLUTAMINE	NUTRIMED	UND	179,80	100	17.980,00
169	MODULO DE CARBOIDRATO ESPESSANTES E GELIFICANTES INSTANTÂNEO DE ALIMENTOS LÍQUIDOS E SEMISSÓLIDOS, Á BASE DE AMIDO DE MILHO MODIFICADO, SEM COR, SEM SABOR, SEM ODOR. ISENTO DE GLÚTEN - NUTILIS	NUTRIMED	UND	179,70	100	17.970,00
170	MODULO DE EMULSÃO LIPÍDIOS COMPOSTA DE 100% DE TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA LONGA .INDICADO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - NUTRI TCM AGE	NUTRIMED	UND	180,30	300	54.090,00
172	DIETA ENTERAL NUTRICIONALMENTE COMPLETA LÍQUIDA COM DENSIDADE CALÓRICA MÍNIMA DE 1.2 KCAL/ML; PROTEÍNA ≥ 1%, 100% PROTEÍNA DE SOJA, HIPOSSÓDICA ‹ 1500MG/L . ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN C/ FIBRASNUTRI ENTERAL SOYA FIBER - NUTRI ENTERAL SOYA FIBER (Cota Reservada Exclusiva para ME, EPP e MEI - 15%)	NUTRIMED	LT	182,30	150	27.345,00
173	MÓDULO DE OLIGOSSACARÍDEO (100% MALTODEXTRINA), INDICADO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL. INDICADO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL. ISENTA DE GLÚTEN - NUTRI DEXTRIN	NUTRIMED	UND	182,80	60	10.968,00
174	DIETA ENTERAL NUTRICIONALMENTE COMPLETA LÍQUIDA PARA NEFROPATAS EM TRATAMENTO CONSERVADOR, DENSIDADE CALÓRICA MÍNIMA 1,8 KCAL/ML , PROTEÍNA ‹ 8%, HIPOSSÓDICA E HIPOCALÊMICA. ISENTA DE LACTOSE E GLÚTEN.(NUTRI RENAL)	NUTRIMED	LT	181,60	50	9.080,00
176	DIETA ENTERAL NUTRICIONALMENTE COMPLETA LÍQUIDA COM DENSIDADE CALÓRICA MÍNIMA DE 1.5 KCAL/ML; PROTEÍNA ≥ 17%, 100% DE ORIGEM ANIMAL, HIPOSSÓDICA ‹ 1500MG/L . ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. (NUTRISON ENERGY MF)	NUTRIMED	UND	181,67	50	9.083,50
	Valor Total					**456.422,00**

2. CLÁUSULA SEGUNDA - FONTE DE RECURSOS.

2.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes do presente **CONTRATO** referentes ao **Pregão Presencial SRP nº 052/2019**, correrão por conta da dotação orçamentária na classificação: **Projeto Atividade: 2112** – Manutenção e Administração do FMS; **2114** – Manutenção do PSF; **2118** – Manutenção do PAB Fixo; **2120-** Manutenção do Serviço Ambulatorial, Laboratorial e Hospitalar; **2126-** Manter e Expandir o Atendimento do CAPS; **2127**-Manutenção do SAMU; **2131** – Manutenção da Vigilância em Saúde, **Elemento de Despesas: 33.90.30.00**–Material de Consumo; **Fonte de Recursos: Fonte de Recursos: 102**–001, **102**-296, **102**-304, **102**-103, **102**-208, **102**-214, **102**-101, **102**-300, **102**-280.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS.

3.1. O preço total estimado do presente contrato é de **R$ 456.422,00 (quatrocentos e cinqüenta e seis mil quatrocentos e vinte e dois reais)**, de acordo com a proposta comercial.

3.2. No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive taxas, impostos, embalagens, seguros, licenças e outros custos relacionados ao objeto.

4. CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS.

4.1. O prazo de vigência do **CONTRATO**, contados a partir da data de sua assinatura e publicação do seu extrato na imprensa oficial até o dia **31/12/2021.**

4.1.1. A ordem de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do Pregão Presencial, cabendo aos mesmos todos os atos burocráticos indispensáveis para Administração Pública.

4.2. A execução do objeto deverá ser feita conforme o Termo de Referência constante no anexo I do Edital do **Pregão Presencial Nº 052/2019, SRP nº 006/2021**, respeitando a necessidade do órgão ou ente.

4.2.1. Correrão por conta da Contratada as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do objeto e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para fiscalização caso detectarem alguma irregularidade no fornecimento.

4.3. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou outro documento de identificação oficial do servidor do Órgão Contratante responsável pelo recebimento.

4.4. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) Referindo-se a especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado;

b) Referindo-se à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sob pena de rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantendo o preço unitário inicialmente contratado.

c) Outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.

4.5. O objeto do contrato deverá ser recebido conforme determinar a autoridade contratante, conforme seja o caso, com emissão de relatório de execução do objeto na forma contratada, acompanhado da nota fiscal/fatura, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência resumido que integra este Edital.

4.6. Quando rejeitado o objeto no todo ou em parte, a contratada deverá substituí-los no prazo estabelecido pela Administração, observando todas as condições inicialmente estabelecidas.

4.7. Caso seja impossível de serem substituídos os objetos que forem rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida ao contratado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO.

5.1. As condições para os **PAGAMENTOS** são as constantes no Edital, que a este integra.

5.2. Os pagamentos serão efetuados conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias úteis do mês subsequente ao fornecimento dos bens, ou em outro prazo inferior que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela FISCALIZAÇÃO e notas de recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS E PASEP.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

5.4. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e

b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo objeto, responderá o contratado pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

5.5. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo para pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/faturas corrigidas.

5.6. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o mesmo é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.
5.7. A contratante, quando da efetivação do pagamento, poderá exigir da contratada a documentação que comprovem a regularidade em relação à Fazenda Federal, Estadual ou Municipal e FGTS, sob pena da não efetivação do pagamento.
5.7.1. Na hipótese do item anterior, será adotado como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo IBGE.
5.8. No caso de atraso de pagamento, desde que comprovadamente a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de simples. O valor dos encargos será calculados pela fórmula: EM= I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6. CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
6.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei Nº 10.520/02.
6.2. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor do objeto não executados, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 10 (dez) dias; e
b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 15 (quinze) dias;
c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

6.2.1. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada cometer qualquer infração às normas legais Federais, Estadual e Municipal, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.
6.2.2. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

a) Fornecer o objeto em desacordo com o Termo de Referência, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

6.3. ADVERTÊNCIA.
6.3.1. A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de Timon, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do órgão solicitante, desde que não sejam passiveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

6.4. SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.
6.4.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Timon pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

6.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

6.5.1. A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável para o acompanhamento da execução contratual á Administração se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de Timon, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de Timon ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.
6.5.2. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a Administração, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
6.5.3. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratado nos casos em que:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
b) Praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
c) Demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Timon, em virtude de atos ilícitos praticados;
d) Reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da Administração, em caso de reincidência;
e) Apresentarem à Administração qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
f) Praticarem fato capitulado como crime pela Lei Nº 8.666/93.

6.5.4. Independentemente das sanções a que se referem os itens 6.2 e 6.4 da Cláusula VI, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizado:

a) Civilmente, nos termos do Código Civil;
b) Perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
c) Criminalmente, na forma da legislação pertinente.

6.6. Nenhum pagamento será feito ao executor do objeto que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.
6.7. As sanções serão aplicadas pelo titular da Administração, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
6.8. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Em cumprimento às suas obrigações, cabe à CONTRATADA, além das obrigações constantes das condições para a execução do objeto e daquelas estabelecidas em lei:
7.2. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratados, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;
7.3. Atender prontamente às requisições dos entres contratantes para o fornecimento dos itens discriminados no Termo de Referência.
7.4. Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato/objeto;
7.5. Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município de Timon/MA, em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
7.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Órgão Contratante.
7.7. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.
7.8. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como, comunicar à CONTRATANTE, através do representante ou diretamente quaisquer fatos ou anormalidade que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final do objeto;

7.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, entre outras despesas como transporte, embalagens, seguro, entrega relacionadas ou objeto.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
8.1. Será responsável pela lavratura do respectivo Contrato, com base nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
8.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato.
8.3. Emitir a "REQUISIÇÃO" autorizadora do fornecimento contratados.
8.4. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com o estabelecido no Contrato.
8.5. Fiscalizar a execução do Contrato, através de servidor especialmente designado, conforme dispõe o art. 67 da Lei Nº 8.666/93.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO
9.1. A **CONTRATANTE** exercerá a Fiscalização geral do objeto prestados do presente **CONTRATO**, através de servidor designado para esta fiscalização,cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis para Administração Pública.
9.2. Fica a **CONTRATADA** obrigada a permitir e facilitar a qualquer tempo, a Fiscalização do objeto, facultando o livre acesso as instalações da empresa, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa Fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da **CONTRATANTE**.
9.3. A Fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicação dos métodos de ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos produtos.
9.4. Fica estabelecido que a Fiscalização não terá poder para eximir a **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste **CONTRATO**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – TRIBUTOS.
10.1. Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou tributos (impostos, taxas ou contribuição de melhoria), após a assinatura deste **CONTRATO**, que reflita, comprovadamente, na execução do objeto, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresso acordo, observada a legislação vigente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOCUMENTOS ANTERIORES E REGISTROS.
11.1. Em caso de divergência existente entre os documentos integrantes do presente **CONTRATO**, fica estabelecido que este instrumento prevalecerá como regulador do objeto ora contratado, substituindo toda e qualquer documentação anteriormente fornecida entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO.
12.1. O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido na forma dos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, nos casos:

I – Administrativamente, nos seguintes casos:
a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
c) Lentidão no seu cumprimento, levando o Município de Timon a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do fornecimento, nos prazos estipulados;
d) Atraso injustificado no início do fornecimento;
e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao Município de Timon;
f) A Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do licitante contratado a outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação do licitante contratado, não admitido previamente pelo Município de Timon;
g) Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
h) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado;

i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo do Município de Timon, ponham em risco a perfeita execução das obras do objeto;
j) Dissolução da sociedade contratada;
l) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo do Município de Timon, prejudique a execução do Contrato;
m) Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificada e determinada pelo Município de Timon e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;
n) Supressão do objeto que acarretem modificações do valor inicial do Contrato além do limite imposto ao contratado;
o) Suspensão de sua execução, por ordem escrita do Município de Timon por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
p) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Município de Timon, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
q) Não liberação, pelo Município de Timon, de área ou local para execução do objeto, nos prazos contratuais, assegurado ao licitante contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
r) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.
s) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

I – Amigavelmente pelas partes.
II – Judicialmente.

12.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.3. No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse para a contração, público, prevista nas letras "l", "m", "n", "o", "p" e "q", do inciso "I" do 12.4, sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovado, tendo ainda direito a:

I – Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;

12.4. A rescisão administrativa elencadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h" "i", "j", "k", "l" e "q", poderá acarretar as seguintes consequências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:

I – Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao Município de Timon.

12.5. A aplicação das medidas previstas nos incisos I do subitem anterior fica a critério do Município de Timon.

12.6. O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pelo Município de Timon, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do fornecimento, sem prévia e expressa autorização do Município de Timon.

12.7. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.

12.8. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO.

13.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO.

14.1–Elegem, as partes, o Foro da Comarca de Timon, com renúncia expressa a qualquer outro, para solução de quaisquer questões oriundas do presente **CONTRATO**.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Timon (MA), 23 de março de 2021.

MARCUS VINÍCIUS CABRAL DA SILVA
Secretário de Saúde de Timon/MA
Portaria nº 01224/2021-GP
CONTRATANTE

JOSE ORESTES DE OLIVEIRA MARTINS
BIOMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI EPP
CNPJ nº 06.881.482/0001-12
CONTRATADA

Testemunhas:

1 Valeria de Sousa Santos CPF Nº 013.416.943-30

2 Eliane da Silva Magalhães CPF Nº 736 304 203 97